

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS / FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

PLANO DE TRABALHO - 2020 – ADAPTADO PARA AULAS REMOTAS

LINHA DE PESQUISA: Estado, Políticas e História da Educação

DISCIPLINA: AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO NO BRASIL

PROFESSORES: Lúcia Maria de Assis e Nelson Cardosos Amaral

AULAS: segunda-feira de 14 às 18 horas

MODALIDADE: ENSINO REMOTO

PLATAFORMAS: GOOGLE MEET para atividades síncronas e SIGAA para atividades assíncronas

EMENTA:

A Avaliação como um campo de estudos e pesquisas educacionais: fundamentos teóricos e epistemológicos da avaliação educacional. A avaliação da educação no Brasil: histórico, concepções e políticas para a educação básica e superior. A centralidade dos resultados dos exames nacionais na condução das políticas públicas educacionais e as suas repercussões no interior das instituições educativas. Interfaces Avaliação, currículo, trabalho docente e gestão escolar.

CRONOGRAMA SEMANAL DA DISCIPLINA / REFERÊNCIAS BÁSICAS

09 de março (1ª aula)

Apresentação dos alunos e do plano de trabalho da disciplina – Bibliografia, Metodologia e Avaliação da aprendizagem. Introdução ao tema de estudos: Educação e Avaliação no Brasil.

16 de março (2ª aula)

INTRODUÇÃO AO CURSO: Mercados, Desigualdades, Neoliberalismo e Modernização Conservadora no campo das políticas educacionais

APPLE, Michael. *Educando à Direita*. Mercados, padrões, Deus e Desigualdade. Cortez / Instituto Paulo Freire, 2003. Prefácio e p. 1-124.

RETORNO ÀS AULAS POR MEIO DO ENSINO REMOTO

O cronograma a seguir será executado nas aulas síncronas via Google Meet

31 de agosto (3ª aula)

UNIDADE I – PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E HISTÓRICO DO CAMPO DA AVALIAÇÃO NO BRASIL.

1.1 Delimitação do campo teórico-conceitual da avaliação

O campo da Avaliação; b)As mudanças dos conceitos e papéis da avaliação; c) O Estado avaliador.

SOBRINHO, José Dias. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 13-52.

JANELA, Almerindo Afonso. *Avaliação Educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, p. 2000, p.13-51.

14 de setembro (4ª aula)

1.2 A qualidade da educação e o Banco Mundial.

a) A reforma educativa na perspectiva do BM; b) O paradigma da “melhoria da qualidade”; c) O papel da avaliação neste contexto.

CORAGGIO, José Luis (Trad. Mônica Corullón). Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 75-123.

TORRES, Rosa María. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 125-193.

21 de setembro (5ª aula)

1.3 As reformas educativas e a avaliação educacional.

a) Conceitos, funções e limites das reformas educativas; b) O contexto internacional e a emergência da avaliação educativa nas reformas; c) A ideologia do mercado e a avaliação.

JANELA, Almerindo Afonso. *Avaliação Educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 53-91.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. Políticas de *Accountability* em Educação: perspectivas sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização. Ijuí ; Editora Unijuí, 2019.

28 de setembro (6ª aula)

UNIDADE II - AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

2.1 Fundamentos e possibilidades das avaliações em larga escala.

a) Avaliações na história educacional brasileira; b) Sistema de Avaliação da educação Básica (SAEB); c) A chegada dos índices (IDEB).

GATTI, Bernadete A. Possibilidades e Fundamentos de avaliações em larga escala: primórdios e perspectivas contemporâneas. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs). *Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos*. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 47-69.

BRASIL, Portaria nº 931 de 20 de março de 2005.

05 de outubro (7ª aula)

2.2 A experiência em avaliação de sistemas educacionais.

a) Uma breve retrospectiva das políticas educacionais; b) O lugar das avaliações de sistemas; c) O que muda nas políticas educacionais com estas avaliações; d) A qualidade e a avaliação no PNE 2014-2024.

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá. A experiência em avaliação de sistemas educacionais. Em que avançamos? In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs).

Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 117-133.

ASSIS, Lúcia Maria de. A Avaliação e o Plano Nacional de Educação: concepções e práticas em disputa. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

19 de outubro (8ª aula)

2.3 A Avaliação da qualidade e a qualidade da avaliação nos sistemas educacionais

a) Fatores que interferem no desempenho discente; b) Avaliação, escolarização e desigualdades sociais; c) A (não) efetividade dos resultados frente às contradições da realidade brasileira.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Notas sobre a avaliação da qualidade de sistemas educacionais. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs). *Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos.* Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 137-148.

26 de outubro (9ª aula)

2.4 O modelo norte americano “inspirador” das políticas de avaliação no Brasil

RAVITCH, Diane (trad. Marcelo Duarte). *Vida e Morte do grande sistema escolar americano* (como os testes padronizados e o modelo de Mercado ameaçam a educação). Porto Alegre: Sulina, 2011. P. 11-132 .

09 de novembro (10ª aula)

UNIDADE III – AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

3.1 Avaliação da Educação Superior como política pública

a) Lições do Banco Mundial para as políticas de Educação Superior; Avaliação da Educação Superior: concepções e paradigmas em conflito; b) A construção dos sentidos da avaliação: emancipação X regulação; c) A trajetória do SINAES e a sua conversão aos índices.

SOBRINHO, José Dias. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior.* São Paulo: Cortez, 2003, p. 53-89.

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUCCIÓN Y FOMENTO/ BANCO MUNDIAL. *La Enseñanza superior : las lecciones derivadas de la experiencia.* Publicacion del Banco Mundial. Washington, D.C. 1995.

16 de novembro (11ª aula)

3.2 O Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES)

a) Aspectos conceituais e contextualização; b) Avanços, limites e problemas; c) As diversas dimensões que podem expressar a qualidade educacional.

BRASIL, INEP, Lei nº 10861 de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade e garantia da qualidade: acreditação da educação superior. In: BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos (Orgs). *Avaliação da Educação: diferentes abordagens críticas.* São Paulo: Xamã, 2011, p. 17-41.

ASSIS, L. M.; AMARAL, N. C. A avaliação da educação: por um sistema nacional. In: *Retratos da Escola*. Brasília, DF, v. 7. N 12, p. 27-48, 2013.

23 de novembro (12ª aula) (Participação da Prof^a Renata Ramos de Carvalho e do Prof. Valter Gomes Campos)

3.3 A avaliação nas instituições estaduais da região Centro-Oeste e o caso da UEG

CARVALHO, R. R. S.; ASSIS, L. M. O regime de colaboração nos processos de avaliação institucional nas universidades estaduais da região Centro-Oeste: regulamentações de desafios. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba. SP, v. 23, n. 02, p. 330-349, j. 3018.

CAMPOS, V. G. *As relações e os desdobramentos da dupla avaliação (CEE/GO e SINAES) na administração central da Universidade Estadual de Goiás*. Goiânia: 2019, 282f (tese) Universidade Federal de Goiás, 2019.

30 de novembro (13ª aula)

3.4 A avaliação CAPES da pós-graduação

a) A avaliação CAPES; Repercussões dos processos avaliativos pautados na produtividade nas relações de trabalho;

SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” - É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? *Revista PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan/jun. 2006.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva>>

07 de dezembro (14ª aula)

3.5 Repercussões da Avaliação no trabalho docente

ASSIS, L. M. de. *Avaliação Institucional e prática docente na educação superior: tensões, mediações e impactos*. Goiânia: 2008, 249f (tese) Universidade Federal de Goiás, 2008.

3.6 A flexibilização dos processos avaliativos e regulatórios da educação superior

ASSIS, L. M.; CARVALHO, R. R. S.; COSTA, A. F. C.. Avaliação da Educação Superior no contexto do PNE (2014-2024): tensões, desafios e perspectivas em construção. In: *Políticas de Educação Superior e PNE (2014-2024): expansão, qualidade e tendências*. Goiânia: Biblioteca ANPAE, 2019.

14 de dezembro (15ª aula) (Exposição dos grupos)

GRUPO 1. Política de acesso à educação superior no Brasil – O ENEM em foco

SOUSA, José Vieira de. Políticas de acesso à educação superior no Brasil: o Enem no centro do debate. In: BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos (Orgs). *Avaliação da Educação: diferentes abordagens críticas*. São Paulo: Xamã, 2011, p. 89-106.

GRUPO 2. Usos e limitações do IDEB como indicador de qualidade educacional.

NETO, João Luiz Horta. IDEB: limitações e usos do indicador. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs). *Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos*. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 149-161.

21 de dezembro (16ª aula) (exposição dos grupos)

GRUPO 3. A Qualidade da Educação, o IDEB e os Planos de Educação em Goiás

ALVES, E. F.; ASSIS, L. M. Qualidade educacional e IDEB: uma análise dos Planos de Educação de Goiás e de São Luís dos Montes Belos em contraponto à percepção dos professores dessa rede Municipal de Ensino. In: *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 12, n. 7. Maio de 2018.

GRUPO 4. Avaliação da Educação básica no município de Goiânia

GUIMARÃES, G. M. A. Avaliação da Educação Básica: a experiência da SME de Goiânia. Retratos da Escola. Brasília, DF, v. 7, n. 12, p. 191-202, 2013.

A turma será organizada em 4 grupos para preparação e exposição de um tema, conforme descrito nas aulas dos dias 14 e 21 de dezembro. Cada grupo terá cerca de 40 minutos para expor e provocar uma conversa com a classe.

ATIVIDADES ASSÍNCRONAS E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A Avaliação será processual e formativa, ao longo de todo o curso, levando-se em conta a frequência *on line* nas aulas síncronas e a realização das atividades assíncronas semanais.

Estas atividades se relacionam aos textos semanais especificados no Programa da Disciplina e consistem em que o(a) estudante desenvolva, em até três páginas, uma discussão dos conteúdos analisados na semana e que contenha um mínimo de citações. Os textos devem ser postados semanalmente no Sigaa.

Para esta postagem deve-se nomear o arquivo da seguinte maneira: coloque o nome completo seguido do número do texto: exemplo: **Andersongomesdearaujo_texto01**

O conjunto de textos de cada estudante será apreciado pelos professores no encerramento do semestre, considerando que a cada texto não entregue significará a computação de faltas relativas de duas horas/aulas (cada semana trabalhamos 4 horas/aulas, sendo que na modalidade remota, serão trabalhadas duas horas/aulas síncronas via plataforma google meet e duas horas/aulas de atividades assíncronas).

Estes trabalhos também serão avaliados para efeito de atribuição de 20% da nota final da disciplina.

Ainda quanto à avaliação da aprendizagem, os estudantes deverão entregar um artigo elaborado com base nos fundamentos teóricos do curso, **utilizando predominantemente, as referências bibliográficas da disciplina**¹. Para a apresentação do artigo utilizar: tamanho 12, espaço entre linhas: 1,5, fonte: *Time New Roman*, título em caixa alta, seguido do nome do autor, resumo e indicação de três a cinco palavras-chave. O artigo deverá conter entre 20 e 30 mil caracteres com espaço (referências inclusas).

O prazo final para entrega do artigo será **02 de abril de 2021**.

Conforme regulamento do PPGE, é obrigatória a frequência em, no mínimo, 13 encontros.

Profª Lúcia Maria de Assis - luciamariadeassis@gmail.com – luciaassis@ufg.br

Prof. Nelson Cardoso Amaral – nelsoncardosoamaral@gmail.com

¹ A não observância desta orientação implica na desclassificação do texto para efeito de avaliação.